

REQUERIMENTO N° 38 , DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual estrutura da dívida pública, o pagamento de juros, encargos, amortização e refinanciamento dessa dívida e propostas para sua melhor gestão.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Dr. **Paulo Rabello de Castro**, coordenador do Movimento Brasil Eficiente.
- Economista **Thiago Biscuola**

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com dados do portal SIGA Brasil do Senado Federal, a execução orçamentária destinou ao pagamento de juros, encargos, amortização e refinanciamento da dívida de 2005 até o mês de agosto de 2015 os seguintes valores:

Ano	Juros	Amortização	Total
2005	89.839.644.291	549.109.241.437	638.948.885.728
2006	151.151.879.812	497.762.381.098	648.914.260.910
2007	140.311.784.028	471.876.637.791	612.188.421.819
2008	110.193.488.727	448.969.749.940	559.163.238.667
2009	124.609.209.924	517.911.999.544	642.521.209.468
2010	122.422.088.807	514.040.748.072	636.462.836.879
2011	131.122.390.200	577.339.280.628	708.461.670.828
2012	135.057.607.411	620.522.695.417	755.580.302.828

2013	141.705.984.850	576.738.984.046	718.444.968.896
2014	170.551.989.279	808.539.818.970	979.091.808.249
2015 (até 10/08/2015)	147.924.199.361	497.558.751.229	645.482.950.590

Considerando os dados do Portal SIGA Brasil do Senado Federal, o pagamento de juros, encargos, amortização e refinanciamento da dívida no ano de 2015 até o dia 10 de agosto do corrente, representou um custo de R\$ 2,9 bilhões ao dia para o contribuinte brasileiro.

Segundo dados do Ministério da Fazenda, a dívida pública mobiliária federal interna é de R\$ 2.475 bilhões e a dívida pública federal externa é de R\$ 128,7 bilhões. As instituições financeiras são detentoras de 26% (R\$ 642,5 bilhões) e os fundos de investimentos de 19,85% (491,2 bilhões), sendo respectivamente os maiores detentores da dívida.

Informações disponíveis no portal <http://www.auditoriacidada.org.br/> indicam que o estoque da dívida pública interna (incluindo os Entes Federados) até julho de 2015 somava R\$ 3.586 (3 trilhões, 586 bilhões de reais). Já o estoque da dívida pública externa até julho de 2015 somava US\$ 552.866 (552 bilhões, 866 milhões de dólares)

Debater a estrutura da dívida pública e propor mecanismos para ajudar a pôr fim ao ciclo vicioso da dívida e ao baixo crescimento econômico, são tarefas que não podem ser negligenciadas pelo Parlamento. Reduzir o custo do financiamento da dívida e tornar as informações sobre sua estruturação e pagamento disponíveis de forma clara, é fundamental para que o atual excesso de dívida não continue sendo, em sua essência, um problema de legado negativo para as gerações e para os governos que se sucedem. Não basta apenas estabelecer limites para o endividamento, é fundamental imprimir gestão de excelência ao estoque dívida existente.

O especialista Rabello de Castro defende que um plano para *“atacar a essência do desequilíbrio orçamentário”*, deve abrigar, no caso brasileiro, três componentes básicos: *“um programa emergencial, de impacto imediato, para limitar despesas correntes por uma regra estabelecida em lei; um programa estrutural, que reformará o funcionamento da máquina pública de alto a baixo, produzindo economias de quase R\$ 300 bilhões, embora de modo gradual; e um programa financeiro, de modo a rever a composição e o custo de rolagem”*

da dívida pública, que hoje produz um gasto estéril superior a 7% do PIB, em completo desalinho com a experiência de outros países, inclusive os muito endividados”.

Efetivamente, será por meio de uma administração absolutamente transparente, profissional e moderna que poderemos desmitificar o tema, melhorar a gestão e reduzir o custo do financiamento da dívida pública.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2015.

Senador ALVARO DIAS